



EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA: REFLEXÕES A PARTIR DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS *ON-LINE*

Larissa Ferreira Ferro¹
Raíssa Matos Ferreira²
Nágib José Mendes dos Santos³
Neiza de Lourdes Frederico Fumes⁴

RESUMO

Este estudo trata-se da educação escolar indígena no atual contexto pandêmico brasileiro. A questão de pesquisa é: Como tem se dado a educação escolar indígena e inclusiva diante da pandemia da COVID-19? O objetivo geral é discutir como a educação escolar indígena e inclusiva no atual período de pandemia tem sido apresentada em matérias jornalísticas *on-line*, especificamente, identificar e caracterizar as matérias jornalísticas *on-line*. Utilizou-se uma análise documental em que a busca pelas matérias jornalísticas ocorreu na plataforma *Google* por meio de 3 descritores: educação escolar indígena, educação escolar indígena inclusiva e pandemia. Foram analisadas 10 matérias jornalísticas, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Sócio-histórica. Os resultados evidenciam os desafios que as escolas indígenas têm enfrentado, como a adoção de aulas remotas, atividades síncronas e assíncronas, e a necessidade de uso de tecnologias. Pontua-se que algumas comunidades indígenas vivenciam a tentativa de continuar o processo de escolarização através de roteiros de estudos conforme a realidade dos alunos. No entanto, a falta de aparelhos tecnológicos, o acesso às redes de conexão, professores e auxiliares de sala de aula sem a formação necessária para atuarem na educação inclusiva, os cortes de salários de professores, a morte de professores em decorrência da COVID-19, pais analfabetos que encontram dificuldades para auxiliarem seus filhos têm ocorrido. Conclui-se que as matérias jornalísticas denunciam a manutenção do Estado em reafirmar um processo educacional que desconsidera as especificidades e invisibiliza a vivência dos povos indígenas.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena, Inclusão, Pandemia, Matérias Jornalísticas *On-line*, Psicologia Sócio-histórica.

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe reflexões sobre a educação escolar indígena e inclusiva no período de pandemia. Como é sabido no mês de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevou o estado de contaminação do SARS-CoV-2, conhecido como

¹ Mestra pelo Curso de Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS, larissafferropsic@gmail.com;

² Mestra pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, raissamatoss16@gmail.com;

³ Mestre pelo Curso de Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, nagib.santos@fale.ufal.br;

⁴ Professora orientadora: doutorado em Ciências do Desporto e Educação Física - Universidade do Porto - U. Porto, neizaf@yahoo.com.



coronavírus, em que causou a COVID-19 à categoria de pandemia. Atrelado a este anúncio, as instituições escolares e as demais instituições começaram a adotar medidas de distanciamento social, com vistas a diminuir a proliferação do vírus responsável, hoje, pela morte de mais 100.000 (cem mil) pessoas em território brasileiro (BRASIL, 2020).

Frente à esta situação, os Estados e municípios decretaram a paralisação das aulas em toda a rede e níveis de ensino. A adoção de aulas remotas, com auxílio de recursos impressos e periodicamente entregues ao corpo discente, o uso das plataformas *on-line*, rádio e TV se tornaram alternativas para continuidade das atividades escolares enquanto durar o distanciamento social, quanto à educação inclusiva, os desafios tornam-se múltiplos, haja vista a necessidade de tecnologia assistiva para educação especial, de recursos inclusivos, condizentes com a necessidade educacional especial da criança que aprende. Cumpre salientar que essas medidas, também foram adotadas pelos indígenas que, em tese, devido a sua conjuntura organizacional, já vivem em distanciamento social.

Essa ideia do índio isolado pode ser considerada resquício de uma perspectiva ilusória, oriunda desde a invasão dos europeus as essas terras, e que, apesar de terem se passado mais de 500 anos, ainda se manifesta, evidenciando que o processo de colonização atravessou épocas, com roupagens diferentes, porém com o mesmo rigor pautado na exclusão, marginalização, opressão e retirada de direitos. O que se desenhou a partir disso foi um cenário que, até hoje, visa extinguir os povos indígenas do seu *habitat*, trazendo doenças e transformando os modos de vida desses povos. Cumpre ressaltar que tal transformação correspondeu a um processo estrutural e histórico de resistência desenhado ao longo dos tempos. Assim, uma educação escolar fundamentada na cultura dos povos indígenas pode ser de grande relevância nesse processo.

No território indígena, a educação é compreendida em dois vieses, a saber: educação indígena enquanto processo próprio de transmissão e construção de conhecimento entre os povos; e educação escolar indígena referente aos conhecimentos transmitidos e produzidos por meio da escola, enquanto instituição criada pelos europeus, com vistas a aprofundar o processo de colonização entre os grupos indígenas (LUCIANO, 2006).

Assim, os registros históricos evidenciam que, com a chegada dos europeus e ao longo do período da colonização, vários atos de violência foram cometidos contra os povos originários dessa terra, como por exemplo a exploração da mão de obra escrava, desapropriação de suas terras, transmissão de doenças comuns aos europeus e que acabaram dizimando muitos povos indígenas quando a religião e as tradições europeias foram aqui impostas.



Esses atos de violência deixaram marcas indelévels nos povos indígenas que, de povo dono dessa terra, passou a ser um grupo vulnerável. Isso ficou muito mais evidenciado no atual momento da pandemia da COVID-19, pois ela visibilizou as diferenças estruturais que promovem e sustentam desigualdades e, conseqüentemente, mantém a roda do sistema capitalista girando, com engrenagens milimetricamente organizadas para sua manutenção, as políticas sociais, reforçam o preconceito e, conseqüentemente, tornam a classe trabalhadora - sejam indígenas, negros, pessoa com deficiência, suscetíveis aos desmandos da ordem do capital, porém em constante processo de resistência, visibilizando as contradições e criando estratégias de resistência.

O estudo acerca da educação escolar indígena e inclusiva em tempos de pandemia justifica-se por compreender que, trazer para o centro das discussões acadêmicas essa temática, se tornou necessário. Principalmente, quando grupos minoritários vivenciam cotidianamente o desmantelamento do estado e dos seus direitos. Desse modo, a questão de pesquisa é: Como tem se dado a educação escolar indígena e inclusiva diante da pandemia da COVID-19? Como fonte de produção de dados serão tomadas matérias jornalísticas *on-line*. O objetivo geral é discutir como a educação escolar indígena e inclusiva no atual período de pandemia tem sido apresentada em matérias jornalísticas *on-line*. Em específico, identificar e caracterizar as matérias jornalísticas *on-line*.

METODOLOGIA

Este estudo utiliza a pesquisa documental como técnica de pesquisa para cumprir os seus objetivos. Portanto, destaca-se que há diversas fontes de documentos que são utilizados em estudos, ao qual são fontes primárias, como documentos oficiais, fontes estatísticas, iconografia, meios de comunicação, entre outros (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Nessa direção, matérias jornalísticas *on-line* foram utilizadas na análise. Pontua-se que a busca foi realizada na plataforma virtual *Google* no dia 22 de agosto de 2020 a partir da combinação de 3 descritores, a saber: educação escolar indígena, educação escolar indígena inclusiva e pandemia. Em relação ao critério de inclusão, considerou-se a presença dos descritores no título das matérias jornalísticas *on-line*.

Quanto ao critério de exclusão, as matérias jornalísticas *on-line* que tinham proximidade com as temáticas trabalhadas neste estudo, mas não tinham o foco da discussão voltado à educação. A análise de dados foi realizada com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Sócio-histórica (PSH).



REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo aqui apresentado, fundamenta-se na Psicologia Sócio-histórica, que tem como método, o materialismo histórico e dialético. Essa perspectiva teórico-metodológica, compreende o homem como um sujeito ativo, social e histórico, em constante interação com seu meio. Isto é, o homem na Psicologia Sócio-histórica é compreendido como um espiral que entrelaça, natureza, cultura e sociedade, sendo que nenhum destes são fixos e imóveis no tempo, o ser humano está imerso em um contexto histórico, dinâmico, contraditório, complexo e em constante processo de movimento (BOCK, 2007).

Deste modo, é no meio sócio-cultural que o sujeito constrói seu mundo de registros, seu mundo psicológico. A atividade humana, entendida aqui como categoria da PSH, está pautada na presença dos instrumentos psicológicos para alcançar um determinado objetivo, e é nesse processo que o homem interfere na natureza e a transforma, sendo também por ela transformado. Para Aguiar (2007), a Atividade é “determinada pela forma como a sociedade se organiza para o trabalho, entendido aqui como a transformação da natureza para a produção da existência humana, algo que só é possível em sociedade” (p. 99).

A educação escolar indígena enquanto um extrato social, expõe todo esse processo histórico a qual está inserida. Convém mencionar que desde a década de 1970, o movimento indígena reverbera pautas dos povos indígenas, sendo a educação escolar mais uma dessas questões pertencentes ao *rol* de demandas vivenciadas pelos grupos indígenas em território brasileiro, a temática da educação inclusiva direcionada aos povos indígenas, se configura um campo de pouca produção teórica, reforçando assim a relevância dessa temática de estudo. Antes da Constituição Federal de 1988, não existia um documento direcionado aos povos indígenas, que garantisse seus direitos enquanto grupo diferenciado, que possuem cultura e modos de vida próprios. O direito ao usufruto da terra, saúde e educação diferenciada dentro do território é assegurado inicialmente através deste documento legislador.

Documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 1996) o Plano Nacional de Educação, tem defendido o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, que contribuem e valorizam o fortalecimento da identidade e dos saberes tradicionais (GRUPIONI; SECCHI; GUARANI, 2002), somados à Política Nacional de Educação Especial publicada em 2008, a necessária interface da educação especial na educação escolar indígena ganha destaque. Na perspectiva Sócio-histórica, todo conhecimento



é mediado, ou seja, toda ação do homem no mundo é mediada “sendo os sistemas simbólicos os elementos intermediários entre sujeito e o mundo” (OLIVEIRA, 1997, p. 24).

A educação indígena leva em consideração toda a historicidade do sujeito, sendo mediada pelos saberes dentro do território a partir das relações instituídas entre os pares, desde uma atividade na agricultura, no artesanato, nos relatos orais que estabelecem a identidade do sujeito ao longo das gerações até os saberes formais instituídos por matrizes curriculares dentro do território, porém inserido naquele meio social.

Quanto à educação escolar indígena e inclusiva, esta deve pautar-se nos mesmos princípios da educação indígena, porém as normas regimentais determinadas pelo estado, tornam-se territórios de disputa e os processos de mediação por vezes adotados em escolas indígenas, - a fim de cumprir uma determinação da educação formal, referendada pelas matrizes curriculares - , adotam instrumentos de mediação condizentes com os interesses de uma escola não índia e quando esta escola, possui alunos com deficiência matriculados, a falta de recursos humanos e assistivos acabam promovendo uma inclusão excludente.

Matérias jornalísticas como a publicada no jornal *on-line* Preto no Branco (2020), expõe, com base no relatório produzido por deputados que integram a comissão externa da câmara que acompanha as ações do Ministério da Educação (MEC), “que até julho de 2020, nenhuma medida havia sido tomada pelo governo federal no sentido de promover a educação do campo, dos povos indígenas, quilombolas ou da educação inclusiva”.

Convém trabalhar na educação escolar indígena e inclusiva, conteúdos condizentes com a cultura de um povo, essa relação entre cultura e escola se mantém fortalecida através do saber étnico e cultural no espaço da sala de aula, “ao longo do desenvolvimento do indivíduo as relações mediadas passam a predominar sobre as relações diretas” (OLIVEIRA, 1997, p. 24), se os instrumentos mediadores, sejam os signos ou instrumentos, enquanto ferramentas auxiliares da atividade humana, - seja o primeiro enquanto atividade psicológica e o último voltado para fora do sujeito, em que sua função destina-se a provocar mudanças no meio - destina-se a um fim específico, essas relações dentro da sala de aula podem aproximar ou distanciar o sujeito indígena dos seus ritos e da figura do seu sagrado.

A educação escolar indígena e inclusiva, torna-se algo significado no território, haja vista ser um processo social mediatizado pelo mundo, em que a consciência é algo constituído a partir dos instrumentos psicológicos ou materiais produzidos pela cultura e internalizados através da interação entre mundo material e psicológico, entre os saberes não indígenas posto nas matrizes curriculares e os saberes indígenas construídos entre os pares.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere aos resultados obtidos na etapa de produção de dados, foi analisado o quantitativo total de 10 matérias jornalísticas publicadas nos seguintes *sites*, entre 29 de abril e 12 de agosto deste ano, a saber: *Governo de Goiás, R7, Amazônia Notícia e Informação, Brasil de Fato, Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), Fundação Telefônica Vivo, O Progresso Digital, Jornal o seu Portal Diário: A voz do Triângulo e Noroeste Paulista, Preto no Branco com Sibelle Fonseca, e 2 em 1 Comunicação e Educação.*

Com o surgimento da pandemia, as desigualdades sociais antes presentes, mas pouco expostas, hoje ganharam destaque. No início desta crise sanitária, a máxima ecoada na sociedade era “estamos no mesmo barco”. Porém, ao tempo que a pandemia avançava e as discrepâncias entre as classes denunciavam as diferenças estruturais entre os povos, a frase mudou, agora “estamos no mesmo mar, porém em barcos diferentes, alguns de boias, outros a nado e outros em iates”. A contradição exposta na ordem social que há tempos pregava que todos são iguais, tornou visível as falácias que mantêm essa engrenagem do sistema em funcionamento.

Os povos indígenas têm na constituição da sua organização social, as marcas históricas e identitárias que o constitui, a saber, a visita ao parente no início da manhã ou no final da tarde, o compartilhamento da chanduca, os encontros para a dança do toré e o culto ao sagrado. A partir das orientações do Ministério da Saúde as comunidades passam a adotar uma nova forma de organização, pois a OMS recomenda, em todo território mundial, medidas cruciais para a proteção da vida em coletividade, tais como: uso de máscaras, álcool gel, distanciamento social e higienização dos ambientes a fim de evitar a proliferação do vírus da COVID-19.

A educação seguiu também essas novas diretrizes e com a paralisação das atividades presenciais novos desafios surgiram. A adoção de aulas remotas, o uso de aplicativos, atividades síncronas que exigem o uso de rede de *internet* e assíncronas que necessita de um mediador, tanto para auxiliar o aluno nas atividades escolares, quanto para realizar a entrega dos materiais impressos, esbarravam em algumas questões como a falta de rede de telefonia na comunidade e, conseqüentemente, falta de estrutura de conexão; falta de aparelhos tecnológicos; residência distante da rede *wi-fi* liberada para os alunos; pais analfabetos; professores e auxiliares de sala sem formação para atuação com alunos com deficiência, quanto à produção de atividades inclusivas, condizentes com a necessidade do alunado e professores com risco de contaminação do novo coronavírus.



Mesmo compreendendo os riscos, as secretarias estaduais e municipais adotaram a entrega das atividades não presenciais impressas para alunos que não possuem recursos tecnológicos, e os professores quinzenalmente fazem a distribuição destas, desconsiderando assim os riscos que esse deslocamento poderá causar na vida dos docentes e dos alunos, haja vista que ambos se tornam suscetíveis à contaminação do coronavírus.

No geral, as matérias jornalísticas denunciam hodiernamente a situação das escolas indígenas em território brasileiro. Destaca-se a matéria divulgada pelo *site* Brasil de fato (2020), ela expõe como, as ameaças de cortes de salários dos profissionais, resultaram na morte de 8 professores em Roraima. Isso mostra que, em uma sociedade que tem seus ventos curvados para políticas neoliberais, o valor à vida torna-se irrisório.

Algumas comunidades indígenas, atreladas às determinações das suas secretarias, são orientadas a usar roteiros de estudos, com temáticas convergentes com a realidade da comunidade, com atividades e devolutivas estabelecidas entre todos participantes da escola buscando continuar o processo de escolarização, mesmo que este pouco signifique ao corpo discente.

Se antes da pandemia era comum visualizarmos escolas indígenas com estruturas físicas deficitárias e precarização dos estudos nas comunidades, com a presença da pandemia, o medo de contrair o vírus, e a imposição do estado em manter o processo educacional tornou a profissão docente perigosa em tempos de COVID-19. E nas comunidades, a presença do não índio, como agentes do exército, profissionais da saúde têm trazido para o território indígena o vírus e ceifado a vida de várias lideranças indígenas importantes para a manutenção da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As matérias jornalísticas aqui utilizadas reverberam as estruturas sociais que estamos imersos, professores e alunos indígenas, são forçados por uma matriz curricular, através da ordem do estado, a cumprir um conteúdo programático, mesmo que isso cause danos sejam físicos ou pedagógicos.

A manutenção de aulas remotas, em espaços que não possuem estruturas físicas e tecnológicas para tal, torna o processo de aprendizagem em tempos de pandemia falacioso e desprovido de sentido para o corpo discente. Cumpre mencionar que toda atividade é significada, porém o sujeito só atribui sentido a um novo conteúdo quando este é registrado e internalizado pela consciência.



Um processo educacional, que desconsidera as especificidades de um povo e que não oferece as condições mínimas necessárias para o sujeito se desenvolver, torna-se uma prática que visa somente obedecer a uma ordem de um grupo social dominante, os quais são representados por órgãos nas três esferas governamentais, ditando ordens para a manutenção da educação, mesmo que esse formato não contemple a todos, podendo trazer tanto danos físicos quanto pedagógicos e um processo educacional pouco significativo para o sujeito que aprende.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda M. Junqueira. Consciência e Atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia.** São Paulo: Cortez, 2007. p. 95-108.

ALMEIDA, M. R. C. de. **Os índios na história do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia.** São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Sobre a doença. O que é Covid-19.** Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CARRARA, G. Situação de estudantes indígenas se agrava sem acesso à internet. **R7**, 18 maio 2020. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/educacao/situacao-de-estudantes-indigenas-se-agrava-sem-acesso-a-internet-18052020>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Escolas de educação indígena em Goiás dão continuidade às aulas com ajuda de plataformas digitais. **Governo de Goiás**, 29 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.goias.gov.br/index.php/servico/44-educacao/121448-escolas-deeducacao-indigena-em-goias-dao-continuidade-as-aulas-com-ajudaplataformasdigitais?highlight=WyJjb3JvbmF2aXJ1cyJd>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Governo não adotou medidas para promover educação inclusiva na pandemia, diz relatório. **2 em 1 Comunicação e Educação**, 12 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.2em1consultoria.com.br/governo-nao-adotou-medidas-para-promover-educacao-inclusiva-na-pandemia-diz-relatorio/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Governo não adotou medidas para promover educação inclusiva na pandemia, diz relatório. **Preto no Branco com Sibelle Fonseca**, 12 ago. 2020. Disponível em: <<https://pretonobranco.org/2020/08/12/governo-nao-adotou-medidas-para-promover-educacao-inclusiva-na-pandemia-diz-relatorio/>>. Acesso em: 19 de ago. 2020.

Governo não adotou medidas para promover educação inclusiva na pandemia, diz, diz relatório. **Jornal o seu Portal Diário: A voz do Triângulo e Noroeste Paulista**, 11 de ago. 2020. Disponível em:



<<http://avozdotriangulo.com.br/governo-nao-adotou-medidas-para-promover-educacao-inclusiva-na-pandemia-diz-relatorio/>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

GRUPIONI, L. D. B; SECCHI, D.; GUARANI, V. **LEGISLAÇÃO ESCOLAS INDÍGENA**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol4c.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

Ishy fiscaliza situação da educação para os indígenas durante a pandemia. **O Progresso Digital**, 10 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.progresso.com.br/cidades/ishy-fiscaliza-situacao-da-educacao-para-os-indigenas-durante-a/374825/>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

LUCIANO, G. dos S. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cfc/livrocolegao.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. *In*: **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 174-183.

M. R. Após ameaça de corte de salários, 8 professores indígenas morrem por covid-19 em RR. **Brasil de Fato**, 18 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/18/apos-ameaca-de-corte-de-salarios-8-professores-indigenas-morrem-por-covid-19-em-rr>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

Os desafios da educação indígena diante da pandemia da COVID-19. **Fundação Telefônica Vivo**, 03 ago. 2020. Disponível em: <<http://fundacaotelefonicavivo.org.br/noticias/os-desafios-da-educacao-indigena-diante-da-pandemia-da-covid-19/>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Pandemia do coronavírus compromete a educação nas escolas indígenas em São Paulo. **Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP)**, 29 jul. 2020. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/pandemia-do-coronavirus-compromete-a-educacao-nas-escolas-indigenas-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Pioneiro na educação indígena em Roraima, Fausto Mandulão, do povo Macuxi, morre vítima da Covid-19. **Amazônia Notícia e Informação**, 12 jun. 2020. Disponível em: <<https://amazonia.org.br/2020/06/pioneiro-na-educacao-indigena-em-roraima-fausto-mandulao-do-povo-macuxi-morre-vitima-da-covid-19/>>. Acesso em: 22 ago. 2020.